

AS CONTRIBUIÇÕES DE PAULO FREIRE PARA A EDUCAÇÃO POPULAR NO CONTEXTO DA GLOBALIZAÇÃO

HOFFMAN, Jéssica Fernanda de Andrade

ROCHA, Douglas Diego Palmeira

RODRIGUES, Paula Margherita Maria de Oliveira

Resumo

Paulo Freire continua sendo um referencial para a educação mundial, mesmo em face das atuais transformações, de modo que o estudo de sua visão sobre a educação permiti-nos um olhar crítico para esta realidade imediatista e fragmentada. Assim, após vasta pesquisa bibliográfica, resgatar-se-á os passos históricos de Freire, bem como uma lista de suas obras que abordam a temática discutida no presente artigo, uma síntese de seu pensamento referente à Educação Popular e uma análise de seus contributos para esta prática educativa, de modo a comprovar que seu pensamento torna-se atual na medida em que permite-nos questionar e contradizer a ideologia neoliberal, na qual a educação está a serviço dos interesses da classe dominante e da elite empresarial. Esta Educação Popular de ótica freireana faz-se de maneira contra-hegemônica, através da dialogicidade e conscientização, assumindo sua práxis progressista e política, promovendo uma pedagogia que seja de fato popular, em vista de libertar o oprimido e ajudá-lo a entender-se como sujeito histórico, capaz de transformar sua realidade e impedir-se de ser domesticado por um sistema social e econômico excludente.

Palavras-Chave: Paulo Freire, Educação Popular, globalização, neoliberalismo.

1 INTRODUÇÃO

Desde o nascimento de Paulo Reglus Neves Freire, em 19 de setembro de 1921, até o presente momento, diante da recente promulgação da Lei que o declara Patrono da Educação Brasileira¹, sua existência, bem como sua obra, permanece como norte e ponto de referência para a Educação Popular, respondendo às necessidades fundamentais da aprendizagem e das questões políticas e sociais da própria educação.

Mesmo após dezesseis anos de sua morte, permanecem sua paixão pela liberdade humana e sua rigorosa e sempre renovada busca por uma educação emancipatória e libertadora, que continuam sendo recriadas à luz dos novos desafios históricos da globalização, expressa pela informação rápida, pelo constante avanço da tecnologia e pela competitividade comercial.

¹ Lei 12.612, de 13/04/ 2012, disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12612.htm

Continuar lendo e saciando nossa sede na fonte de Paulo Freire implica em reconhecê-lo como um dos maiores educadores críticos do século XX, e como importante referencial teórico para a compreensão do papel educacional no século XXI, dado a atualidade de suas concepções, que ainda hoje iluminam a ação docente de homens e mulheres desta sociedade em processo de globalização.

Nesta realidade neoliberal, na qual a ideologia das multinacionais faz do mundo um grande supermercado, onde tudo se vende e se compra, na qual só é reconhecido enquanto gente apenas quem é capaz de consumir, onde a maioria das diversas associações não tem espaço aos não associados, onde as situações de exclusão e marginalização coexistem com a riqueza e o desenvolvimento econômico, Freire ocupa seu papel progressista, apontando-nos para uma educação que transforme a realidade social de cada educando, e o recorde de sua vocação fundante e ontológica, de “ser mais”, de construir nas estradas do mundo sua própria história, firmada nos passos existenciais de sua ação libertadora sobre os horizontes que continuamente lhe descortinam.

Assim, a partir do presente texto, possamos revisitar Freire, educador, gente, e a partir das contribuições por ele propostas e que estarão à frente descritas, repensar nossa prática educativa e social, de modo a, com nossa práxis e compromisso, formar homens e mulheres cidadãos, sonhadores, homens que também sejam gente e ajudem os outros a serem mais gente.

2 SITUANDO PAULO FREIRE EM SEU CONTEXTO HISTÓRICO-SOCIAL

Freire nasceu no Recife, e este dado é de extrema relevância, tendo em vista o estado de Pernambuco em sua esfera social, como “epicentro nordestino de situação humana, social e política” (Jorge, 1981, p. 07). O fato de sua existência estar fundada no Recife abre as primeiras reflexões acerca de sua ideologia, afinal, esta região sempre fora marcada, em sua essência e maioria populacional, pela escassez e precariedade.

Sua alfabetização se deu, através de seus pais, à sombra da mangueira no quintal de sua casa – que derivou o título de uma de suas obras, “À sombra desta mangueira”² – onde escrevia no chão, com gravetos, suas primeiras palavras.

Após a crise econômica de 1929, participa de sua primeira experiência existencial enquanto oprimido pelo sistema, migrando para a cidade de Jaboatão dos Guararapes (PE). Assim, “nessa cidade interiorana, ele passará fome e compreenderá, pelo sofrimento, o que

² FREIRE, Paulo. **À sombra desta mangueira**. 10ª ed. Paz e Terra: São Paulo, 2012.

seria a fome dos outros, não só qualitativamente, mas quantitativamente.” (Jorge, 1981, p. 8). Ao regressar para o Recife, conclui seus estudos e passa a lecionar Língua Portuguesa.

Ao casar-se com a Professora Elza Maria Costa Oliveira, em 1944, esbarra em uma realidade que lhe será determinante: nasce, de modo sistemático, seu interesse pelos problemas da educação. Aliás, Freire formou-se em Direito, mas não exerceu a profissão, preferindo dedicar-se a projetos educacionais.

Foi diretor do setor de Educação e Cultura do SESI (Serviço Social da Indústria), e depois superintendente deste mesmo Departamento (1946-1955), onde, impulsionado por orientações de sua esposa, passou a trabalhar com a educação, dando seus primeiros passos na alfabetização de adultos. Tendo o Nordeste, até a década de 1960, mais de 60% de sua população, ou seja, mais de 15 milhões de pessoas imersas no analfabetismo, e este reflexo presente também entre as famílias dos operários das indústrias próximas à realidade do SESI, Freire e sua esposa passam a dedicar-se à alfabetização destes, utilizando uma metodologia diferenciada, sem cartilhas, marcada pelo diálogo e pela discussão com os educandos, priorizando o universo vocabular de cada região, com forte relação entre natureza e cultura; propunha uma experiência específica, associando estudo, experiência vivida, trabalho, pedagogia e política.

Ao apresentar sua tese para a Universidade de Recife (1959), intitulada “Educação e atualidade brasileira”, Freire recebeu o título de Doutor em Filosofia e História da Educação. Em 1961, no Recife, participa da organização de um método de educação pautado pela conscientização; nasce assim o movimento de “Cultura Popular”. Dado a grandeza e utilidade de tal movimento, este veio a tornar-se oficialmente um serviço de extensão cultural da Universidade de Recife, tendo Freire por seu diretor durante três anos. Em 1963, ganha destaque um marco de sua história e da educação de jovens e adultos no Brasil, as primeiras experiências de alfabetização de Angicos, no Rio Grande do Norte, no qual a equipe de Freire pôde alfabetizar 300 trabalhadores em 45 dias.

Referente a estes grupos, Souza (2001) recorda:

[...] era dirigido a pessoas adultas analfabetas cuja vocação era a de ensinar a “ler palavras”, aprendendo a ler de uma maneira crítica, criativa e autônoma o próprio mundo social que as gerou, e as fez serem como são e a dizerem, ou mentirem, o que dizem ou mentem. (p. 13)

Ainda em 1963, Freire participou no Recife do Primeiro Encontro Nacional de Cultura Popular. Em pouco tempo, o movimento se espalhou de norte a sul do Brasil e, de 1963 ao início de 1964, e sua maneira de trabalhar foi oficializada pelo Governo Federal e a previsão

era de, em 1964, criar 20 mil círculos, com número máximo de 30 alunos, com duração máxima de dois meses, e atender mais de dois milhões de analfabetos.

Assim, nos anos 60, esta alfabetização, sob o ponto de vista freireano, que visava a emancipação política do indivíduo, começou a incomodar as forças conservadoras, pois o “novo método” aumentaria o eleitorado brasileiro e essas forças conservadoras muito provavelmente perderiam seu espaço político. Embora as forças progressistas do governo Goulart trouxessem à tona a discussão da educação de base brasileira, os militares incomodavam-se cada vez mais com o discurso encorajado politicamente de Freire e dos seus. Sendo os militares membros da classe que representava os interesses de uma elite burguesa econômica, o crescimento ideológico e político desta “educação como prática de liberdade” ameaçava os rumos da Ditadura.

Veio então o Golpe Militar, em 1964, onde Paulo Freire foi preso, por alfabetizar adultos e conscientizá-los de seu papel político e social, por seu trabalho na Campanha Nacional de Educação, abortada antes de nascer. Como afirma Gadotti:

A coragem de pôr em prática um autêntico trabalho de educação que identifica a alfabetização com um processo de conscientização, capacitando o oprimido tanto para a aquisição dos instrumentos de leitura e escrita quanto para a sua libertação fez dele um dos primeiros brasileiros a serem exilados³

Sobre sua prisão, Jorge (1981, p. 13) afirma:

Com o advento da revolução de 1964, Paulo Freire não pode continuar o trabalho ao qual se dedicara. Foi instaurado um processo policial militar contra ele. Acusações e mais acusações pairavam ameaçadoras sobre sua cabeça: subversivo! traidor do povo brasileiro e de Cristo! Seu método pedagógico era comparado aos de Stalin, Hitler, Perón e Mussolini. E não faltaram aqueles que o acusavam de pretender bolchevizar o Brasil.

Dessa forma, Freire foi exilado na Embaixada na Bolívia. Entretanto, em quinze dias houve lá também um golpe político, e viajou, então, para o Chile, juntamente com sua família, graças à intervenção da Igreja Católica, que em muito interveio para que não fosse executado.

O período no Chile foi o mais produtivo, pois, além de magistrar-se na Universidade de Quito, assessorar famosos projetos de alfabetização do governo de Eduardo Frei, participar da criação oficial, em 1965, o Departamento de Planificação para a Educação de Adultos e ser nomeado pela UNESCO “expert” em questões de educação, foi neste período que escreveu seus *best-sellers*, *Educação como prática de liberdade* e *Pedagogia do Oprimido*.

³ Disponível em <http://www.paulofreire.org/institucional/fundadores/paulo-freire>

Em 1969, passa a lecionar na Universidade de Harvard (EUA), onde publicou a versão em inglês de *Pedagogia do Oprimido*. Mas foi em Genebra, no Conselho Mundial das Igrejas, que Freire se tornou conhecido. Viveram de 1970 a 1980 em Genebra, entrando em contato com a diversidade cultural, mas também aprendendo a conservar sua cultura brasileira. Nesse período, deu consultoria educacional junto a vários governos, sobretudo no continente africano.

Depois de cumprir dezesseis anos de exílio, Paulo e sua família regressam ao Brasil, em 16 de junho de 1980, quando o Movimento de Educação Popular estava tendo seu segundo momento de influência. Era uma época de crise econômica, com o conseqüente desejo dos comandos militares, diante da impopularidade do regime e das forças armadas, em abandonar o governo. Paulo teve de "reaprender" seu país. Descobriu logo que os mesmos atores sociais dos idos da década de 60 ainda tinham influência política.

Dom Paulo Evaristo Arns, então Arcebispo de São Paulo, outro grande militante político na Ditadura e grande difusor da pedagogia freireana no ambiente eclesial, na época chanceler da PUC-SP, sabendo que Paulo Freire regressaria, pediu à reitoria que lhe fizesse o convite para lecionar na Universidade, e Freire aceitou. A partir daí, lecionou na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

Acompanhou de perto os movimentos de redemocratização do país, sobretudo no ABC paulista, onde participou da fundação do Partido dos Trabalhadores.

Em 1986, morre sua esposa Elza, aos 70 anos. Ana Araújo foi a sua segunda mulher.

Após as eleições para a prefeitura de São Paulo, em 1988, nas quais, pela primeira vez, um partido popular, de esquerda, assume a gestão política da cidade com a segunda maior economia da América Latina (cf. Souza, 2001, p. 158-159) e a nova Prefeita, Luíza Erundina de Sousa, nomeou Paulo Freire Secretário Municipal de Educação, em 1º de janeiro de 1989. Paulo renunciou dois anos mais tarde, em 27 de maio de 1991, para reassumir atividades acadêmicas, lecionar e escrever. Sobre este período, nos diz o sociólogo argentino Carlos Alberto Torres:

Como Secretário de Educação, Freire achou uma oportunidade ímpar de implementar sua filosofia de educação em seu próprio país, não como um orientador acadêmico, mas como um ativista num município governado por um partido socialista. (TORRES, 1996, p. 13)

Dentre as marcas de sua passagem pela secretaria municipal de Educação está a criação do MOVA - Movimento de Alfabetização, um modelo de programa público de apoio a salas comunitárias de Educação de Jovens e Adultos que até hoje é adotado por numerosas prefeituras (majoritariamente petistas ou de outras orientações de esquerda) e outras instâncias de governo.

Em 02 de maio de 1997, aos 75 anos, Paulo Freire morre, nos deixando o exemplo de um educador amoroso. A ele foi outorgado o título de *Honoris Causa* por vinte e sete universidades. Por seus trabalhos na área educacional, recebeu, entre outros, os seguintes prêmios: “Rei Balduino para o Desenvolvimento” (Bélgica, 1980), “UNESCO da Educação para a Paz” (1986) e “Andres Bello” da Organização dos Estados Americanos, como Educador dos Continentes (1992). Com isso, “a repercussão do trabalho de Freire na vida pedagógico-acadêmica da atualidade é impressionante e não pode ficar restrita ao processo de alfabetização”. (Torres, 1996, p. 13)

Pode-se argumentar que o trabalho de Freire tem sido, simultaneamente, reinterpretado ou "reinventado", como Freire diria, em sociedades industrialmente avançadas por aqueles que tentam construir uma nova síntese teórica juntando Freire, Dewey e Habermas. (...) Além disso, a filosofia política de Freire tem influenciado as perspectivas socialistas democráticas da educação nos Estados Unidos. (TORRES, 1996, pp. 13-14)

Dessa forma, “não há dúvida de que Paulo Freire foi um grande humanista” (Gadotti, 1996, p. 347). Como recorda Gadotti (1996), ao citar Linda Bimbi e sua contribuição para o prefácio da edição italiana da *Pedagogia do Oprimido*, Paulo Freire é “inclassificável”.

Entre suas obras, publicadas individualmente, destacam-se como referencial teórico para a temática neste artigo abordada: *Educação como prática da liberdade* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967), *Pedagogia do oprimido* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970), *Educação e mudança* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979), *Conscientização: teoria e prática da libertação, uma introdução ao pensamento de Paulo Freire* (São Paulo: Moraes, 1980), e *Pedagogia da autonomia* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996). Já em diálogo com outros autores: *Que fazer: teoria e prática em educação popular* (Com Adriano Nogueira. Petrópolis: Vozes, 1989) e *Vivendo e aprendendo: experiências do Idac em educação popular* (Com Claudius Ceccon, Rosiska e Miguel Darcy de Oliveira São Paulo: Brasiliense, 1980).

3 SITUANDO O PENSAMENTO DE PAULO FREIRE ACERCA DAS QUESTÕES DA EDUCAÇÃO POPULAR

Compreende-se por Educação Popular aquela que se constrói de forma comprometida, com participação popular, alicerçada nos valores de comunidade e diálogo, referenciada na realidade, partindo do povo, para o povo e atendendo suas necessidades, considerando-os enquanto seres históricos e sociais. Seu ponto de partida é a vivência histórica do indivíduo, buscando um conhecimento que assume papel de transformação social.

Assim a define Brandão (1986, p. 26):

Um saber da comunidade torna-se o saber das frações (classes, grupos, povos, tribos) subalternas da sociedade desigual. Em um primeiro longínquo sentido, as formas – imersas ou não em outras práticas sociais, através das quais o saber das classes populares ou das comunidades sem classes é transferido entre grupos ou pessoas, são a sua educação popular.

Ainda de acordo com Brandão (2002, p.141-142):

A educação popular foi e prossegue sendo uma sequência de ideias e de propostas de um estilo de educação em que tais vínculos são reestabelecidos em diferentes momentos da história, tendo como foco de sua vocação um compromisso de ida – e – volta nas relações pedagógicas de teor político realizadas através de um trabalho cultural estendido a sujeitos das classes populares compreendidos como não beneficiários tardios de um “serviço”, mas como protagonistas emergentes de um “processo”.

A visão de Freire sobre a Educação Popular a compreende como processo, tendo o ser humano como único ciente de seu inacabamento, e que tal saber o conduz à aprendizagem, para possuir o que lhe falta, conhecer-se e conhecer o mundo que o cerca. É, portanto, um instrumento primordial nos processos de libertação do indivíduo e da sociedade. Uma educação que incentive a participação, um meio de veiculação e promoção para a busca da cidadania, compreendida em suas dimensões crítica, reflexiva, e ativa, as quais Freire utiliza o termo *práxis*.

Arrancar massas oprimidas das mãos dos opressores é o objetivo primaz da Educação Popular de ótica freireana. Uma educação que permita e possibilite a libertação do “oprimido que hospeda o opressor” (Freire, 1987, p.17), por meio do movimento de cultura popular. Sua práxis é incorporada por grupos de educadores, militantes e trabalhadores dos movimentos populares, visando a existência política no trabalho educativo. Sua preocupação se dá, portanto, de modo ético, comprometido com os “condenados da Terra” (Freire, 1987), os “excluídos”.

O próprio Paulo Freire (1999, p.19) a definiu da seguinte maneira:

Entendo a educação popular como o esforço de mobilização, organização e capacitação das classes populares; capacitação científica e técnica. Entendo que esse esforço não se esquece, que é preciso *poder*, ou seja, é preciso transformar essa organização do poder burguês que está aí, para que se possa fazer escola de outro jeito.

Jorge também expõe:

[...] para que estes se libertassem, o processo libertador não poderia ser realizado por homens alheios às condições dos oprimidos; os sujeitos da libertação tinham que ser aqueles mesmos homens que viviam a dramaticidade da opressão; somente quando eles se tornassem sujeitos do próprio processo de libertador, então a libertação seria uma realidade histórica. (JORGE, 1981, p. 26)

Em Freire não tem razão o dito "Minha liberdade termina quando começa a liberdade do outro", pois compreende que minha liberdade de um indivíduo deve entender-se terminada quando termina a do outro, pois só se é livre à medida que o outro também o é. E nesta vertente, critica e opõe-se à educação oficial do sistema neoliberal, regida pelas regras do mercado, aos conteúdos descontextualizados, sem significado aos educandos, à uma hierarquia irrefletida, e aos currículos depositados nos educandos, como nos bancos, a denominada *educação bancária*. A superação desta educação bancária, vazia de diálogo e de criticidade tem como desafio central a humanização da educação. Implica em reconhecer os sujeitos do processo educativo como seres históricos e produtores.

Na perspectiva de confrontar a escola burguesa, a Educação Popular torna-se necessária enquanto oportunizadora da participação social. Para isso, o combate ao analfabetismo tornou-se bandeira, como garantia de acesso à leitura e à escrita para a conquista de suas lutas, levando até a muitos reduzirem Freire apenas a um alfabetizador, desconsiderando sua relevância para a identidade educacional popular e política. Todavia, reforçar-se-á que pronunciar o mundo, não era só saber ler ou escrever, mas ser cidadão e ter direitos. Pronunciar o mundo é interferir no mundo, fazer parte de decisões, de sua comunidade, de sua cidade, de seu país.

Outro enfoque presente em Freire é a dialogicidade, afinal, o homem relaciona-se com o mundo pelo diálogo, usufruindo-se deste como meio de comunicação com a realidade e, na relação dialógica estabelecida o indivíduo vai-se tornado consciente de sua vocação ontológica, vocação para o "ser mais", aprofundando o seu conhecimento da realidade, assumindo uma consciência crítica por sobre a mesma. Não é possível qualquer ação e relação humana sem comunicação dialógica e horizontal, na qual sujeitos sociais compartilhem a experiência de transformarem o mundo e se autotransformarem. O conteúdo do diálogo é justamente o conteúdo programático da educação.

Para que haja o processo de libertação do sujeito, é fundamental a conscientização. É através dela que se possibilitará a transformação do homem. Conscientizar os oprimidos da realidade da opressão, onde o importante é lutarem como homens e não como coisas, reconhecendo-se como destituídos, mas com postura crítica para com a realidade. Uma crítica si mesmos e que revela seus conhecimentos como problema, como instrumento do conhecimento.

Não há conscientização se, de sua prática não resulta a ação consciente dos oprimidos, como classe explorada, na luta por sua libertação. Por outro lado ninguém conscientiza ninguém. O educador e o povo se conscientizam através do movimento dialético entre a reflexão crítica sobre a ação anterior e a subsequente no processo de luta (FREIRE, 1980, pp. 109-110).

A questão política faz-se constantemente presente em sua obra, de modo que, em seu livro *Pedagogia da Autonomia* (1996, p. 69), afirma que: “A qualidade de ser política é inerente a sua natureza. É impossível a neutralidade na educação (...). A educação não vira política por causa deste ou daquele educador. Ela é política”. Educar dá-se no compromisso com o outro, levando-o a estabelecer-se e identificar-se como sujeito de sua história e de seu processo de aprendizagem.

Ele não concordava com uma educação como método ou técnica neutra, por isso se contrapôs a uma cultura política e pedagógica neoliberal, pois isso não é educação, é domesticação. O educador precisa ter uma conduta, um compromisso, uma postura. É por isso que Freire não inventou um método, uma receita que cada um possa seguir ou não, ainda que muitos utilizem o termo “Método Paulo Freire” à pedagogia problematizadora dos temas geradores.

Mas, tratando-se de Educação Popular, o maior contributo de Freire se dá na percepção em relação ao ser histórico, o sujeito do processo, o educando. Este, dentro da Educação precisa conscientizar-se de que é ele o agente transformador da realidade, capaz de refletir criticamente sobre seu papel nos espaços sociais. Nas suas palavras:

“Os educandos são convidados a pensar. Ser consciente não é, nesta hipótese, uma simples fórmula ou um mero ‘slogan’. É a forma radical de ser dos seres humanos enquanto seres que, refazendo o mundo que não fizeram, fazem o seu mundo e neste fazer e re-fazer se re-fazem, são porque estão sendo”. (FREIRE, 1978, p. 23).

Enfim, a visão de Freire sobre a Educação Popular não pode ser restringida apenas à crítica em relação à educação tradicional, autoritária e bancária, mas como uma práxis ética e pedagógica, política e epistemológica, democrática e transformadora.

4 UMA ANÁLISE DA EDUCAÇÃO EM MEIO À GLOBALIZAÇÃO E DAS CONTRIBUIÇÕES DE FREIRE PARA ESTE CENÁRIO

A globalização não é uma novidade histórica, mas sim uma nova tentativa de sobrevivência do capitalismo, expressa, sobretudo, na expansibilidade econômico-financeira facilitada pelas redes info-comerciais maximizadas. O “encurtamento de distâncias”, a abertura comercial e a tecnologia da informação permitem um binômio que provoca, por vezes, certa confusão, mas que desenha o cenário social no qual estamos inseridos, inclusive sob a esfera educacional: a globalização econômica e o neoliberalismo⁴ comercial. Ambos seriam respostas à crise do capitalismo e produtores da concentração de riquezas e da exclusão social.

⁴ Pode-se conceituar o neoliberalismo como uma ideologia que ganhou força a partir da segunda metade dos anos 1970, com as organizações multilaterais do Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), que

Este fenômeno, na verdade, é mais um processo ideológico, processo de padronização de sociedades e de integração econômica sob comando do neoliberalismo, que, por sua vez, secundariza os demais organismos sociais, em vista de buscar a padronização de informações, baseada nos sistemas de outras sociedades econômica e tecnologicamente mais desenvolvidas. Desta forma, a cultura social se transforma, alterando-se os valores referenciais das com unidades.

Para Santos (2000, p. 23), a globalização se define como “ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista” e por Dale (2004, p. 436), a é definida como “um conjunto de relações econômicas, políticas e culturais caracterizado por um hiper-liberalismo, por uma governação sem governo e mercadorização e consumismo”. Até pelo próprio Freire (1996, p. 43) é colocada como aquela “que reforça o mando das minorias poderosas e esmigalha e pulveriza a presença impotente dos dependentes, fazendo-os ainda mais impotentes”.

Atendendo às regras ditadas pelo mercado e influenciada pela ideologia da classe econômica dominante, a globalização vem tentando – e conseguindo – padronizar a educação, buscando manter no topo da pirâmide social a classe que lá está, e tornar os oprimidos cada vez menos participativos em sua existência sócio-político-econômica, fadados a tornarem-se mão-de-obra, capaz apenas de receber um valor alienado por seu trabalho, de modo a consumir e manter no domínio os opressores, a burguesia globalizada.

Nascida como fenômeno econômico, a globalização tornou-se também um fenômeno político. E a educação, por sua vez, sofre tal influência de natureza competitiva, individualista e excludente, com errôneos conceitos de cidadania, qualidade, conhecimento, produtividade e competência, de modo que não são respeitadas as diferenças e práticas de cada educando como ser único, como sujeito, e tende a gerar lacunas no segmento evolutivo das sociedades e de seus organismos sociais.

Os projetos pensados internacionalmente são divulgados pelo Estado por meio da mídia que os apresenta, em grande parte, como um ponto máximo ao desejo mundial de consumo, como um ideal em que todos irão obter privilégios. Por intermédio da mídia, determinam-se os anseios de toda a população mundial, até mesmo daquela parcela que não possui favorecimentos de uma realidade social e material.

São esquecidos nesse mundo globalizado os interesses e as necessidades da população em geral, disseminando-se uma cultura única, uma única moda, um modo de vida, um pensamento que seja desejado por todos, sem considerar as condições materiais individuais. Ou seja, uma ideia centrada na valorização de um pensamento único, definido pela classe dominante.

favorece uma redução do papel do Estado na esfera econômica e social, contrapondo-se à tendência anterior de aumento da intervenção governamental em economias capitalistas. (Cf. Moraes, 2001, pág. 6)

Este neoliberalismo apresenta-se como única resposta à realidade atual consumista, desqualificando qualquer outra proposta. Desqualifica principalmente o Estado, os Sindicatos e os Partidos Políticos. Denuncia a política fazendo política. E é por isso que Freire critica a ética do mercado sustentada pelo neoliberalismo, porque ela se baseia na lógica do controle e afirmava uma ética integral do ser humano, contra sua vontade.

O neoliberalismo é radicalmente contrário ao pensamento de Freire. Enquanto o pensamento freireano é utópico, expresso no conceito de possibilidade, o neoliberal abomina o sonho, expresso como fatalidade. O neoliberalismo impõe relações hegemônicas (de cima para baixo), e Freire propõe para este contexto de globalização relações contra-hegemônicas, na qual os menos favorecidos tenham seus gritos ouvidos, e possam fazer-se participar dos destinos da nação e do progresso, de modo que também o seu papel na sociedade seja respeitado e valorizado.

Para Santos (2002, p. 149) “[...] Em tempos de globalização, a discussão sobre os objetivos da educação é fundamental para a definição do modelo de país em que viverão as próximas gerações”. Assim, à medida que a educação apenas atende a demanda do mercado de trabalho, devemos questionar as determinações neoliberais destinadas para o sistema educacional. Há a necessidade de propiciar condições para que os trabalhadores possam construir coletivamente, ao longo do processo educacional, um processo emancipatório no meio formal da educação.

A educação não pode ser orientada pela ideologia empresarial, tecnicista e consumista, que dá ênfase apenas à eficiência, ignorando a humanização do indivíduo, reduzindo-o a puro agente econômico. Em Freire, o ato pedagógico, democrático por natureza, deve contrapor-se à lógica do controle, ao determinismo neoliberal, em vista da realização de uma educação de subjetividade democrática, capaz de compreender e expor que a desigualdade não é natural, a fazer valer que a globalização de cunho neoliberal não é uma realidade definitiva e/ou categoria histórica.

Ele é um dos pensadores da educação e da pedagogia mais globalizados, pois sua obra é traduzida, utilizada e debatida em vários idiomas e em muitos países, além dos numerosos eventos, publicações e constantes referências à sua obra, como influência da globalização contra-hegemônica, dando espaço e voz aos despossuídos e condenados deste mundo.

Para ele, o diálogo deve ser o instrumento da classe oprimida no combate contra seus opressores, negando e lutando contra a educação e o currículo únicos e contra o determinismo que a hegemonia tenta impor, afinal, não há aos oprimidos outra fortaleza que a ação coletiva dialógica de enfrentamento de quem os oprime.

Sua visão sobre a educação é muito mais do que a instrução, pois deve estar enraizada na cultura popular, negando o consumo imediato, encarando-a como realmente é, um processo em longo prazo, contrária ao imediatismo. A educação, para ser libertadora, precisa construir entre educadores e educandos uma verdadeira consciência histórica. E isso demanda tempo.

Gadotti ainda complementa, em relação à Freire:

Sua pedagogia continua válida não só porque ainda há opressão no mundo, mas porque ela responde a necessidades fundamentais da educação de hoje. A escola e os sistemas educacionais encontram-se hoje frente a novos e grandes desafios diante da generalização da informação na sociedade [...] (1996, p. 345)

Por isso, uma educação imersa na globalização, mas com olhar progressista e contra-hegemônico deve orientar-se numa pedagogia da esperança e da ousadia, em favor da autonomia de seus oprimidos, contrapondo-se à pedagogia do fatalismo e do medo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término de nossas explanações, torna-se clara a constatação de que o pensamento de Freire acerca da Educação Popular faz-se atual, questionando e criticando esta concepção de educação neoliberal, que desconsidera o educando enquanto sujeito e que o considera apenas como mão-de-obra, como consumidor, como mantenedor do *status quo* de uma minoria econômica e política que dita as regras do mercado e da sociedade.

Sua pedagogia progressista recorda ao educando de sua história, de sua presença transformadora no contexto em que este insere-se. Não há, portanto, como falar de Freire sem falar do compromisso de cada educador e educadora que, conscientes de sua prática, mediam o processo libertador da aprendizagem.

Enquanto o sistema econômico neoliberal visa domesticar o indivíduo, dispondo um modelo de educação que, ideologicamente, conforte e perpetue os valores da classe dominante, a educação progressista de Freire não tem outro objetivo senão humanizar o processo, e permitir que cada educando e educanda liberte-se desta realidade opressora. Uma educação que recorde a cada educando e educanda seu valor enquanto pessoa, enquanto protagonista histórico e social.

Percebemos e analisamos que esta pesquisa pode iluminar e orientar a prática docente, a práxis de todos os homens e mulheres que acreditam na força da educação, como instrumento capaz de conscientizar os educandos e educandas de seu papel na sociedade.

Assim como trouxe pistas para nossa atuação enquanto pesquisadores, as contribuições aqui apresentadas também são de grande valia e utilidade para o agir pedagógico e educacional.

Consideramos, portanto, que a existência histórica, social e pedagógica deste nosso Patrono da Educação Brasileira nos leva a uma práxis com os pés no chão, as mãos na massa e os olhos no horizonte; a partir da realidade, agir em prol da libertação dos oprimidos e oprimidas, armá-los de uma força ideológica com a qual tornem-se capazes de libertar-se, e esperar⁵ por uma sociedade justa e solidária, onde gente consciente e cidadão construa, com autonomia e compromisso político, uma sociedade onde todo e qualquer cidadão, do proletário ao burguês, tenha seu espaço. Uma sociedade emancipada e emancipadora, libertária e humanizadora. Uma sociedade transformada por homens e mulheres que deixaram-se transformar pela educação, ou como o próprio Paulo Freire disse certa vez: “a Educação não transforma o mundo. Educação muda pessoas. Pessoas transformam o mundo”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A educação popular na escola cidadã**. São Paulo: Editora Vozes, 2002.

_____. **Educação Popular**. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

DALE, R. **Globalização e educação: demonstrando a existência de uma "cultura educacional mundial comum" ou localizando uma "agenda globalmente estruturada para a educação"?** IN: Revista Educação e Sociedade. Campinas, 2004, vol. 25, nº 87, p. 423-460, maio/agosto.

FREIRE, Paulo. **Cartas à Guiné-Bissau: registros de uma experiência em Processo**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. **Conscientização: teoria e prática da libertação, uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. São Paulo: Moraes, 1980.

_____. **Pedagogia da Autonomia - Saberes Necessários à Prática Educativa**. 25ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Que fazer: Teoria e prática em Educação Popular**. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

⁵ Termo muito utilizado por Freire em suas obras para expressar uma atitude dinâmica de esperança, não apenas fixada no ato de esperar.

GADOTTI, Moacir. **Concepção dialética da educação**. São Paulo: Cortez, 1983

_____. **Convite à Leitura de Paulo Freire**. São Paulo: Scipione, 2003.

_____. **Paulo Freire, uma bibliografia**. São Paulo: Cortez, Instituto Paulo Freire, 1996.

JORGE, J. Simões. **A ideologia de Paulo Freire**. São Paulo: Loyola, 1981.

MORAES, Reginaldo. **Neoliberalismo: de onde vem, para onde vai?** São Paulo: Senac, 2001.

SANTOS, Milton. **Espaço do Cidadão**. São Paulo: Nobel, 2002.

_____. **Por uma outra globalização – Do pensamento único à consciência universal**. São Paulo: Recrd, 2000.

SOUZA, Ana Inês / Grupo de Estudos em Paulo freire da UFRJ (Org.) **Paulo Freire: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.